

Filhos da Informalidade - Sobrevivência, Resistência e Trajetórias no Comércio Informal da Cidade do Rio de Janeiro¹

Rafaela de Oliveira Ribeiro²

RESUMO

A presente pesquisa tem como ponto de partida a vivência da autora no comércio informal, atuando como camelô no Camelódromo da Uruguaiana, no centro do Rio de Janeiro. A escolha do campo de estudo está diretamente relacionada a uma trajetória pessoal e familiar marcada pela sobrevivência, pelo trabalho informal e pela constante reinvenção frente à ausência de oportunidades formais. O estudo busca compreender os fatores que levam indivíduos a ingressar e permanecer no comércio ambulante, analisando o surgimento do camelô a partir de elementos como necessidade, acaso e falta de alternativas. A metodologia utilizada é de natureza etnográfica e observação participante. Articulando observações de campo, entrevistas e reflexões ancoradas na experiência direta da pesquisadora. A investigação propõe uma análise comparativa entre os camelôs da Uruguaiana e de outros territórios populares do Rio de Janeiro, destacando as dinâmicas sociais, econômicas e afetivas que estruturam o cotidiano desses trabalhadores. Ao rememorar episódios da infância e juventude vividos no contexto da informalidade, como a venda de produtos sazonais e a participação na comercialização de mídias piratas. A autora evidencia as fronteiras entre o informal e o ilegal. Além disso, discute os riscos enfrentados pelos camelôs, como repressões da Guarda Municipal, perdas de mercadoria e vulnerabilidades diversas. O trabalho propõe, assim, uma valorização crítica da figura do camelô como sujeito histórico e político, cuja atuação revela formas legítimas de resistência, agência e produção de renda nas cidades.

Palavras-chave: Camelô; Comércio informal; Uruguaiana; Informalidade, Ilegalidade.

ABSTRACT

This research is grounded in the author's lived experience in the informal economy, working as a street vendor (*camelô*) in the Uruguaiana Market, located in downtown Rio de Janeiro. The choice of this field site is directly connected to a personal and family trajectory shaped by survival, informal labor, and the constant reinvention required in the absence of formal opportunities. The study seeks to understand the factors that lead

¹ Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Instituto de Estudos Comparados em Administração e Conflitos da Universidade Federal Fluminense, como requisito parcial para a obtenção do Grau de Bacharel em Segurança Pública. Foi orientador o Prof. Dr. Lenin Pires.

² Bacharel em Segurança Pública pela Universidade Federal Fluminense.

individuals to enter and remain in street vending, analyzing the emergence of the *camelô* through elements such as necessity, chance, and lack of alternatives. The methodology employed is ethnographic in nature, relying on participant observation. It combines field notes, interviews, and reflections rooted in the researcher's direct experience. The investigation proposes a comparative analysis between *camelôs* from Uruguaiana and those from other popular areas of Rio de Janeiro, highlighting the social, economic, and emotional dynamics that structure the everyday lives of these workers. By recalling episodes from her childhood and adolescence within the context of informality — such as selling seasonal products and participating in the trade of pirated media — the author exposes the blurred lines between informal and illegal practices. Additionally, the study addresses the risks faced by *camelôs*, including municipal repression, product confiscation, and various vulnerabilities. This work aims to critically recognize the *camelô* as a historical and political subject, whose activity embodies legitimate forms of resistance, agency, and income generation in urban settings.

Keywords: Street vendor; Informal economy; Uruguaiana; Informality; Illegality.

Introdução

A presente pesquisa parte de um lugar de fala específica: o cotidiano de quem vive e trabalha no comércio informal, mais precisamente do *camelô* em um Camelódromo, na cidade do Rio de Janeiro. A escolha desse espaço não se deu ao acaso. Essa escolha está intrinsecamente ligada a uma trajetória pessoal e familiar, marcada pela busca constante por sobrevivência e reinvenção no interior da economia informal.

A motivação que dá origem a este estudo está condensada na ideia de “uma luz no fim do túnel”. Uma metáfora que expressa não apenas a esperança, mas também a urgência de encontrar alternativas diante da ausência de oportunidades formais. O surgimento do *camelô*, nesse sentido, é atravessado por múltiplos fatores: o acaso, a necessidade, a oportunidade e, sobretudo, a falta dela.

Esta pesquisa tem como objetivo refletir sobre os caminhos que levam indivíduos a ocuparem o espaço do Camelódromo como uma possibilidade concreta de geração de renda, analisando as trajetórias de vida, os processos de entrada e permanência e as formas de resistência no mercado informal. Busca-se também compreender como o trabalho do *camelô* se organiza frente às adversidades urbanas e de que modo se constrói enquanto prática social e política.

O trabalho assume um caráter etnográfico e autobiográfico, ao combinar observações de campo, entrevistas e reflexões cotidianas com base em experiências como camelô. O olhar aqui apresentado não é somente de uma pesquisadora, mas também de uma participante ativa desse universo. A convivência diária com outros trabalhadores do comércio informal me permitiu construir um olhar sensível para as dinâmicas sociais, econômicas e afetivas que estruturam o ambiente do Camelódromo. Frequentemente percebido pelos camelôs como uma “selva urbana”, onde impera a informalidade, a resiliência e a luta constante por dignidade.

Quais são os percursos de vida que os conduzem até ali? Como se dá o processo de entrada e permanência nesse mercado informal? Para responder a essas questões, realizo uma análise comparativa entre os trabalhadores do Camelódromo no Centro da cidade do Rio de Janeiro, e outros pontos, com foco especial em camelôs e ambulantes que atuam de formas similares.

Assim, a metodologia adotada combina observação participante, registros etnográficos, referência bibliográfica e análise reflexiva da minha trajetória, articulando experiência pessoal e investigação acadêmica como caminhos complementares de produção de conhecimento.

A base da minha formação enquanto pesquisadora do tema remonta a minha entrada no curso de segurança pública e social da Universidade Federal Fluminense. Sendo filha de um camelô que sempre exerceu esse ofício como forma de sustento, construí uma percepção das correlações entre as temáticas da segurança pública e as trajetórias que relembram a minha infância. Desde muito jovem, fui exposta às diferentes estratégias desenvolvidas pelos camelôs para garantir a renda familiar, acompanhando de perto esse grupo marcado por reinvenções contínuas.

Lembro, por exemplo, dos dias em que presenciei, ainda na minha infância, o conserto de pisca-piscas durante o período de descanso dos camelôs para a venda no dia seguinte, tendo em vista que a compra no atacado traz consigo muitas peças quebradas ou danificadas. Na adolescência, presenciei a confecção e comercialização de CDs e DVDs piratas. Atividades essas que revelam as fronteiras muitas vezes tênues entre o informal e o ilegal, tema que também será aprofundado ao longo deste trabalho.

A admiração que nutro por essa capacidade de reinvenção constante é acompanhada por uma consciência crítica sobre os riscos e desafios que marcam a rotina de um camelô. São comuns os acidentes, as intempéries climáticas, os conflitos internos, as ações dos aparelhos repressivos do Estado. Eventos que, muitas vezes, colocam em risco não apenas os produtos e as barracas, mas também a integridade física e psicológica dos trabalhadores.

Diante desse cenário, este trabalho busca lançar luz sobre um ofício frequentemente invisibilizado ou estigmatizado. A análise aqui proposta pretende compreender o camelô não apenas como um trabalhador informal, mas como sujeito histórico e social que, em meio à precarização do trabalho, constrói formas legítimas de atuação, sustento e resistência. A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender o comércio informal como espaço legítimo de produção de saberes, trabalho e resistência, desafiando as visões estigmatizadas sobre o camelô. A produção dessa análise, contribui para o reconhecimento da complexidade das relações do comércio informal e a valorização de narrativas, muitas vezes silenciadas.

É a partir desse contexto de vivências, memórias e observações que emergem os primeiros conceitos e reflexões que estruturam a pesquisa. Entre eles, destaca-se o “*Seviradorismo*” expressão cunhada por um camelô de um outro território e que sintetiza a lógica de adaptação, resistência e criatividade que marca o cotidiano dos trabalhadores informais (SILVA, 2025 *in prelo*).

1. O campo como espelho: entre a vivência e a pesquisa

Durante o percurso desta pesquisa, a terminologia “*Seviradorismo*” emergiu a partir de uma experiência em sala de aula. Ela foi utilizada pelo professor Thiago José Aguiar da Silva como uma potente chave interpretativa para compreender o modo de vida do camelô. Durante uma aula da disciplina de Direitos Humanos do curso de Segurança Pública o professor convidou camelôs e representantes do comércio informal de Niterói para compartilhar suas trajetórias com os estudantes.

Foi nesse contexto que a terminologia “*Seviradorismo*” passou a descrever, em minha percepção, a essência do trabalho camelô: a capacidade de se adaptar constantemente às adversidades. O camelô então, não apenas trabalha, ele “se vira”. Essa prática expressa a habilidade de reagir a dificuldades com criatividade, agilidade e resiliência. Quando um produto deixa de vender ou a mercadoria é perdida, é preciso encontrar alternativas rápidas para garantir o sustento. A vida do camelô, portanto, é marcada por um constante exercício de reinvenção e movimento.

Se virar, nesse sentido, emerge como uma filosofia prática, construída na experiência cotidiana daqueles que fazem da rua seu local de trabalho. É, por meio dessa lógica de ação, que muitos camelôs constroem suas trajetórias, enfrentando a instabilidade econômica, a ação de forças repressivas do Estado. Ainda que não seja reconhecido como um saber técnico, essa prática revela competências complexas de gestão, adaptação e sociabilidade.

Relatos como os da aula tiveram um impacto profundo em minha trajetória acadêmica e pessoal. Ver pessoas como eu, oriundas do mesmo universo, ocupando o lugar de fala em uma universidade federal, foi um momento de despertar. Pela primeira vez, senti-me verdadeiramente acolhida dentro de um espaço que reconhecia como segregador. A presença dos camelôs naquele ambiente acadêmico representou mais do que uma aula: simbolizou o reconhecimento de uma vivência que por muito tempo me pareceu invisibilizada dentro do espaço acadêmico.

Ao me reconhecer na fala daqueles convidados, compreendi que o conhecimento produzido nas ruas, nas barracas e nas feiras também possui valor e merece ser escutado, debatido e registrado. O “*Seviradorismo*” tornou-se, assim, não apenas um termo descritivo, mas uma narrativa política de valorização da experiência dos trabalhadores informais. Ele, por si só, sintetiza uma epistemologia popular que demonstra a lógica do trabalho informal, apontando para formas de existir, resistir e sobreviver nos centros urbanos brasileiros.

Busco retratar como o termo é capaz de gerar reflexão sobre potência política e social que ele carrega. Ao incorporar as narrativas dos camelôs às aulas, a universidade amplia o arcabouço de práticas populares de manutenção do bem-estar. É nessa relação entre o informal (narrativas dos camelôs) e o formal (ambiente universitário) que esta

pesquisa se insere. Mostrando que a universidade é plural e assim tem que receber pessoas dos mais diversos universos possíveis. Então, a estratégia didática do professor Thiago José Aguiar da Silva ampliou minha percepção sobre o lugar de pessoas como eu (os camelôs). Diante disso, notei que a produção crítica de discursos sobre a cidade e suas desigualdades é parte da vida de uma camelô que se pretende acadêmica da segurança pública e social.

Ser pesquisadora, em certas circunstâncias, ultrapassa a simples tarefa de formular perguntas e buscar respostas. Quando se está inserido no próprio campo de estudo, a experiência se torna mais intensa, mais complexa e, por vezes, mais dolorosa. A fronteira entre o sujeito que observa e o objeto observado é tênue. Aquilo que se propõe estudar é, ao mesmo tempo, o que se vive e por isso a pesquisa deixa de ser apenas uma investigação acadêmica e passa a ser, inevitavelmente, uma espécie de autobiografia.

Falar de mim é uma escolha, uma necessidade metodológica e existencial. A vivência cotidiana no campo me ofereceu ferramentas diversas de compreensão: o modo de andar, de falar, de vender, de negociar e até mesmo de resistir. Tudo isso se apresenta como dado empírico e, ao mesmo tempo, como parte da minha trajetória pessoal. Foi então este movimento que forneceu o lugar de fala que me fez ter profundidade nas análises deste campo.

1.2. Entre o Campo e o Corpo: Escrita, Vivência e Resistência na Pesquisa com Camelôs

A partir desse lugar com o corpo atravessado pelas vivências que aqui relato construí diante de uma imersão uma análise de como se lida com os efeitos subjetivos da posição de camelô e acadêmica. Frequentemente, sinto que o trabalho recai completamente sobre mim, não apenas a escrita, mas o peso emocional de revisitar, analisar e compreender experiências que muitas vezes ainda não foram elaboradas. Nesse sentido, há um momento em que a sensação é de exaustão: sobra tudo para mim. E, em certos dias, a sensação final é de derrota, de esgotamento. Como se, ao fim, eu tivesse me perdido dentro do próprio campo. E fim.

Muitas pessoas me disseram: “joga isso no papel que vai dar certo”. Mas como se faz isso quando se está lidando com as 24 horas do seu dia? Como transformar em texto cada gesto, cada emoção, cada detalhe daquilo que é vivido intensamente e de forma contínua? Como escrever sobre o que você come, quem te vende, quem compra de você, como você fala, vive e enxerga o mundo? São tantas perguntas e esta pesquisa é uma forma de tentar respondê-las. Diante disso, me apareceu outro desafio: de onde tirarei tempo e energia para observar, registrar e interpretar os sinais, os movimentos, os silêncios que fazem parte deste campo.

O cotidiano é aparentemente banal, parece invisível e, por ser naturalizado, que nessa análise busquei no “simples” perceber as estruturas que nele se escondem, os conflitos e as estratégias de sobrevivência que este trabalho se propõe a compreender. O desafio está em transformar esses gestos rotineiros, tão comuns, tão automáticos, em objeto de reflexão crítica, sem perder de vista o lugar de onde se fala.

Não é apenas uma apresentação das dificuldades, mas um reconhecimento da potência e dos limites da pesquisa implicada. Ser objeto de pesquisa e pesquisadora exige atravessar camadas subjetivas. E é nesse atravessamento que reside a força desta escrita: ela é construída com o corpo, com a memória, com a rotina. É, antes de tudo, um ato de resistência.

Por resistir ao campo e a tudo o que gira em torno dele percebi que ao invés de tratar os camelôs como um grupo homogêneo deve-se propor um olhar para as diferenças internas que atravessam esse universo: os tipos distintos de trabalhadores, as formas variadas de ocupar o espaço público, as relações de gênero e divisão sexual do trabalho, além das estratégias de convivência, disputa e negociação com o Estado e seus agentes. Essa estratégia de análise mostra que cada vendedor organiza sua prática de trabalho a partir de vivências singulares, histórias familiares, redes de solidariedade e das condições concretas de sobrevivência urbana nas capitais do Brasil.

Ao acompanhar essas trajetórias, o trabalho apresenta um contraponto importante: embora as experiências sejam múltiplas, existem figuras que condensam os conflitos, tensões e ambiguidades do comércio informal. Entre elas, destacam-se os “ferreiros”. Eles são atores centrais pela complexidade de suas histórias e pela maneira como articulam no cotidiano, trabalho manual, astúcia, estratégias de sobrevivência e

negociação constante com as regras – formais e informais – que regulam as ruas do campo.

Assim, estruturo, a partir da complexidade da vivência dos ferreiros no campo, uma análise que aprofunda outras trajetórias e vivências. Esses atores se apresentam como um ponto de densidade analítica capaz de iluminar os outros personagens identificados longo do trabalho.

Diante dessa multiplicidade de experiências que compõem o comércio informal, torna-se possível perceber que o trabalho na rua se define como um conjunto de práticas, saberes, relações e disputas que se organizam de maneira dinâmica. As diferenças entre vendedores homens e mulheres, jovens e idosos, iniciantes e mais antigos revelam formas próprias de aprender a trabalhar, de criar regras internas e de resolver conflitos. Essa variedade de estratégias no campo é importante porque marca não apenas diferentes modos de viver da rua, mas também diferentes modos de enfrentar vulnerabilidades, construir alianças e lidar com situações de risco.

Os ferreiros aparecem com especial destaque nessa análise. Eles sintetizam, em sua rotina, muitos dos elementos que atravessam o comércio informal: a necessidade de improviso, as estratégias para driblar a fiscalização, a construção de reputação, a negociação constante com os aparelhos repressivos do Estado e com outros vendedores. Além da habilidade de transformar a rua em espaço de trabalho, aprendizagem e sociabilidade. Sua presença no campo não foi revelada apenas pela força das narrativas que produzem, mas também porque representam um ponto de encontro entre a malandragem, a criatividade, a sobrevivência cotidiana e a construção de uma identidade profissional marcada pela rua. É por isso que no capítulo seguinte mostro como os ferreiros, figuras que condensam tensões maiores e ajudam a compreender o comércio informal, desvelam as camadas mais profundas deste labor.

Figura 1: Camelô carregando sacola pesada com mercadoria



Fonte: Registro Próprio 2024.

Figura 2: Vendedoras Sorrindo para a foto



Fonte: Registro Próprio 2024.

Figura 3: Libertadores vem aí, o futebol como fonte de renda para o Camelô



Fonte: Registro Próprio 2024.

Figura 4: O comércio agindo. Camelô e Comprador



Fonte: Registro Próprio 2024

Figura 5: Corredor vazio do Camelódromo



Fonte: Registro Próprio 2024.

Figura 6: A rua



Fonte: Registro Próprio 2024.

2. FERREIROS: entre a malandragem e a sobrevivência

Os ferreiros não consertam celulares, nem peças. Eles negociam. Compram e vendem aparelhos, peças, controles, pilhas, remédios ilegais, remédios para disfunção erétil, venenos e químicos de cunho criminal. Vendem de tudo e compram de tudo. Alguns vivem da correria³ de intermediar negócios: conduzem o cliente pelas ruas até um box mais afastado, onde há menor circulação de pessoas. Uma troca mútua entre o camelô e o ferreiro, enquanto o ferreiro guia o cliente até o vendedor que sofre da escassez de clientes, o vendedor recompensa o ferreiro com uma parte de seu lucro.

Outros atuam em zonas mais nebulosas do comércio informal, comprando e revendendo celulares roubados, achados ou montados a partir de partes de diferentes aparelhos. O ferreiro é, sobretudo, um dos elos entre o cliente e o Camelódromo. É aquele que conhece as ruas, os becos e os fluxos de e do mercado popular. Trabalha no limite entre a confiança e o risco, oferecendo o que o cliente procura e, ao mesmo tempo, protegendo os segredos do território. É uma profissão do desenrolo⁴, onde o

³ Correria: Expressão que denota a movimentação contínua e incessante de negociações feitas no campo.

⁴ Desenrolo: Termo que abrange uma infinidade de esforços visando o convencimento.

poder de convencimento, a agilidade e o carisma são tão importantes quanto o produto que se vende.

Mais do que simples trabalhadores informais, os ferreiros ocupam um espaço ambíguo. Ora vistos como prestadores de serviço necessários à dinâmica do comércio popular, ora como representantes da malandragem e do estelionato. É nesse não-lugar que se constroem suas trajetórias, cercadas por estigmas, desconfiança e regras próprias de convivência. O ferreiro carrega esse estigma: é alguém sempre sob suspeita, mesmo quando está apenas trabalhando (GOFFMAN, 1963). Diante disso emerge o conceito de sujeição criminal sobre este grupo, o qual descreve que certos indivíduos passam a ser identificados socialmente como criminosos, mesmo antes de qualquer ato formalmente reconhecido como crime (MISSE, 1999).

No Camelódromo, o conserto de um celular e o comércio de um aparelho roubado coexistem lado a lado, compondo uma economia moral própria. Pois nas cidades contemporâneas, os centros urbanos são atravessados por múltiplas economias e formas de gestão da vida, em que as fronteiras entre o lícito e o ilícito se tornam fluidas (HIRATA, 2018; TELLES, 2010).

Ser ferreiro é estar nessa fronteira onde o trabalho e o crime se misturam, onde a sobrevivência exige saber negociar, esconder, disfarçar e, acima de tudo, não se deixar marcar.

Nos subtópicos que se seguem, apresento episódios e personagens observados no cotidiano do Camelódromo, onde as fronteiras citadas ganham forma. E assim expresso as ambiguidades. São histórias que revelam como se constroem reputações, como se exercem pequenos crimes e como se negociam as regras não escritas que mantêm a ordem do mercado popular.

Figura 7: Ferreiro em atuação no Camelódromo da Uruguaiana: mediação comercial e circulação de mercadorias



Fonte: Registro próprio.

2.1. O mercado de celulares roubados: risco, lucro e estratégias de sobrevivência

Entre os múltiplos circuitos econômicos que atravessam o Camelódromo, a compra e venda de celulares roubados se destaca como prática recorrente, ainda que carregada de riscos. Trata-se de um comércio que movimenta valores significativos e que, paradoxalmente, transforma a criminalização em mais um cálculo dentro da lógica de sobrevivência de seus participantes.

Um interlocutor, envolvido nesse tipo de atividade, me relatou estar plenamente consciente dos riscos que corre ao negociar esses aparelhos. No entanto, para ele, a equação se resolve de maneira simples: “compensa”. A possibilidade de detenção ou prisão não se apresenta como obstáculo intransponível diante do lucro obtido. O risco é incorporado como parte do negócio, relativizado frente à necessidade de sustento e às vantagens imediatas que a prática oferece.

Essa lógica se aproxima do que Michel Misse (2010) denomina “*mercadorias políticas*”, em que produtos e serviços circulam à margem da legalidade, articulando práticas ilícitas, redes de proteção e estratégias de sobrevivência. A compra e venda de celulares roubados, nesse sentido, não é apenas um crime isolado, mas integra um sistema econômico mais amplo, onde diferentes atores (ladrões, atravessadores, comerciantes, consumidores finais) participam em graus variados de risco e de legitimidade.

Ao narrar sua experiência, este interlocutor revelou que seu envolvimento no comércio de celulares tinha também uma dimensão familiar e afetiva: construir um “*pé de meia*” para não deixar esposa e filhas desamparadas. Esse projeto envolveu montar uma pequena loja para a companheira, de modo que ela pudesse trabalhar enquanto cuidava das filhas, além de reservar parte do dinheiro com o irmão mais novo, considerado mais responsável, como forma de segurança futura. Aqui, o lucro do ilícito se converte em capital social e em projeto de vida, uma tentativa de transformar risco em proteção.

Essa lógica evidencia a análise de Gabriel Feltran (2018), que mostra como o dinheiro oriundo do crime circula nos territórios populares não apenas como consumo ostentatório, mas também como recurso para sustento familiar e para a construção de algum tipo de estabilidade. O “*pé de meia*”, portanto, não é apenas acúmulo financeiro: é uma estratégia de cuidado, uma forma de assegurar dignidade diante de um mercado de trabalho informal que, em muitos casos, se mostra inacessível ou insuficiente.

Além disso, o episódio revela como a punição incide de maneira desigual sobre a população. O interlocutor afirma que “ficar preso é besteira perto do lucro que arrecadou com os anos”, indicando a naturalização da detenção como parte do percurso de quem é “preto e pobre”. A seletividade penal, discutida por Vera Malaguti Batista (2003), aparece de forma clara: para sujeitos negros e periféricos, a prisão não é exceção, mas horizonte possível, incorporado ao cálculo econômico e existencial. Assim, o “crime que compensa” não se refere apenas ao lucro imediato, mas também à consciência de que a criminalização já é um destino socialmente construído para corpos negros e pobres no Brasil.

Portanto, a compra e venda de celulares roubados no Camelódromo deve ser vista como prática criminosa, mas também como expressão de um conjunto mais amplo de desigualdades e exclusões. Nesse contexto, o risco jurídico se torna parte da racionalidade econômica, e a transgressão legal, ao invés de ser um desvio excepcional, aparece como caminho possível e, muitas vezes, necessário de sobrevivência.

Figura 8: Cavalete com mercadorias na rua



Fonte: De autoria própria.

2.2. Matheus - Tiro pro alto e correria

Era junho de 2022 e a manhã começou em meio ao caos: correria, tiros para o alto, polícia civil disfarçada, agentes do Centro Presente e policiais militares. No meio da confusão, Matheus um jovem, alto, branco, devia ter entre seus 16 e 20 anos, corria desesperado até ser capturado. A cena, por si só, sintetizava o cotidiano tenso do Camelódromo, onde a normalidade é atravessada pela constante possibilidade da repressão.

Apesar da aparência de playboy⁵ suas falas carregadas de gírias e expressões próprias do dialeto das favelas o denunciavam: um verdadeiro cria⁶ (SILVA, 2010). Segundo relatos de Pablo, ferreiro e interlocutor falarei dele posteriormente, naquele dia todos foram avisados que o delegado havia mudado e, por isso, o arrego⁷ havia sido suspenso. Quem não levou fé⁸ acabou preso.

Mais tarde, Matheus voltou, orgulhoso por não permanecer detido. Contava, com certo ar de vitória, que os policiais estavam exigindo nota fiscal de todos os celulares apreendidos. Por um descuido de um dos agentes, conseguiu esconder o próprio aparelho nas partes íntimas, pois nele havia informações valiosas sobre seu ofício. Ao ser questionado sobre o motivo da fuga, respondeu apenas que não trabalhava ali e que correu por medo da arma apontada contra si.

Foi solto no mesmo dia. Era sua primeira passagem. Um garoto novo, sem instrução, começando a vida. Casos como o de Matheus evidenciam como a cor e a aparência operam silenciosamente como filtros sociais: quem é negro dificilmente tem direito a uma segunda chance. Matheus teve e não por acaso. Branco, bem arrumado e jovem, foi beneficiado pelo racismo estrutural e pela seletividade racial que estrutura o sistema penal brasileiro. (ALMEIDA, 2019; ALEXANDER, 2012; MELLO, 2020; MONTEIRO, CARDOSO 2013)

Nas semanas seguintes, Matheus se aproximou cada vez mais de mim. Tornou-se figura constante, sempre sorridente, conversando sobre suas aventuras e seu cotidiano na rua. Falava abertamente sobre o que fazia e como fazia com uma naturalidade que, a princípio, me causava estranhamento. Contava que trabalhava no comércio de celulares

⁵ Playboy: Estereótipo criado sobre jovens brancos, bem-vestidos e que esteticamente se diferenciam do universo negro favelado. Para maiores definições deste termo ver: SILVA, Gabriel Borges da. "Quanto ainda vão morrer eu não sei": o regime do arbítrio, curtição, morte e a vida em um lugar chamado de favela." Niterói, Tese de doutorado, Universidade Federal Fluminense (2019).

⁶ Cria: *O cria é aquele sujeito que constrói sua identidade a partir de valores e moralidades que atribuem sua existência a uma circulação local. Onde "brotar, nascer, crescer e morrer" são etapas de relações que se constituem entre jovens de locais chamados de "favela".* Para maiores definições deste termo ver: SILVA, Gabriel Borges da; GOMES, Fábio Medina. "Lavo passo e cozinho na rua e pros meus filhos, mas meu filho que mora comigo fica largado na favela": reflexões sobre suspeição e precariedade nos casos do "cria de favela" e da "empregada doméstica". Antropolítica-Revista Contemporânea de Antropologia, 2020.

⁷ Arrego: O acordo informal que garantia certa previsibilidade nas relações.

⁸ Levou fé: Acreditar.

falsificados e roubados, mas também revendia réplicas de smartphones pelas redes sociais.

“É fácil, Rafa. Você compra um perfil com bastante seguidor, cria o nome de uma loja, posta stories todo dia anunciando o produto. Depois é só marcar um ponto de encontro em lugar aberto. E tá feito.”

Matheus falava de seu ofício com espontaneidade, sem orgulho nem culpa, apenas como quem descreve o necessário que lhe permite sobreviver. “Para quem nasce na favela, a linha entre o certo e o errado é tênue” Matheus, assim como outros, tem contato com outros tipos criminais considerados mais danosos à sociedade em seu dia a dia. Assaltos, tráfico de drogas, porte de armas de fogo, assassinatos e afins. Para ele, seu labor é menos criminoso que os demais e por isso não se vê como um transgressor, mas sim como um trabalhador.

Vera Telles em seu texto *Ilegalismos urbanos e a cidade* (2009) constrói a personagem Doralice, uma interlocutora que justificava suas ações dizendo: “*Não estou fazendo nada de errado, não roubo, não mato*” (2009: 105). Matheus e Doralice se encontram nesse ponto de intersecção entre moralidade e sobrevivência: fazem o que é preciso para existir. No jogo da vida, vence quem consegue driblar as regras impostas. Como de fato eles não estão matando e nem roubando o potencial criminoso das suas ações tem uma menor relevância no contexto legal gerando assim uma maior relação entre essas pessoas e essas práticas informais e ilegais.

Todos os dias, das 9h às 18h, Matheus permanece de pé na rua do Camelódromo anunciando produtos ilícitos: “*Pramil, Cytotec, desbloqueio de iPhone, conserto de celular, Compra e venda de aparelho, entre outros.*” Como qualquer trabalhador, cumpre sua jornada, negocia, e tenta garantir o sustento. Em uma de nossas conversas, revelou o desejo de um emprego formal, com carteira assinada “*Mesmo que eu ganhe menos dinheiro, eu quero.*” Essa fala mostra que Matheus não quer enriquecer; quer apenas sair da corda bamba da ilegalidade e informalidade. O sonho de Matheus é simples, como o de tantos outros que circulam pelo Camelódromo: estabilidade, um mínimo de conforto, a possibilidade de oferecer uma vida melhor aos pais ou aos filhos. Foram empurrados

para esse espaço precarizado que chamamos de Camelódromo, onde sobreviver é, antes de tudo, um ato de resistência.

2.3. Pablo: entre o sonho e o estigma

Um certo dia, Pablo passou correndo pelo corredor onde eu estava. Logo atrás, vinha um homem, de roupa social, em disparada. A cena, por si só, já chamava atenção não era comum ver Pablo correr daquele jeito. Ele não é do tipo que “dá volta nos outros”⁹

e raramente se envolve em confusão. Por isso, desconfiei que algo grave estava acontecendo.

Pouco depois, soube que o homem alegava ter rastreado o celular roubado de uma mulher até o Camelódromo. A localização indicava a banca de celulares que Pablo também trabalhava. O homem, disfarçado de cliente, procurava um aparelho específico. Pablo percebeu o comportamento suspeito e se afastou, tentando evitar problema. Nesse momento, o homem partiu para a agressão: desferiu um soco, e Pablo caiu com a pancada. Ao se levantar, reagiu, e o tumulto atraiu a atenção dos policiais que estavam ao entorno. Quando percebeu a aproximação dos policiais, Pablo correu e o homem correu atrás.

As câmeras de vigilância do Camelódromo registraram a cena e, em poucos minutos, o vídeo circulava nas redes sociais e nos portais de notícias locais. Manchetes sensacionalistas estampavam: “*Roubo no Camelódromo*”, “*Bandido foge após golpe*”, acompanhadas das imagens e vídeos de Pablo em fuga. Nenhuma apuração, nenhuma contextualização.

Mas era ator e ali foi exposto como um ladrão. Antes de entrar para a informalidade e depois à ilegalidade, ele sonhava em viver da arte. Chegou a participar de algumas cenas de um seriado independente no YouTube que retratava a realidade das favelas cariocas. Sempre que podia, me mostrava as gravações com orgulho. Apontava

⁹ Dar volta nos outros: Enganar, manipular ou se aproveitar da boa-fé alheia, usando sua astúcia ou a ingenuidade dos outros para benefício próprio.

para a tela sorrindo e dizia: “*Olha eu aí, Rafa. Ficou maneiro, né?*” Era o mais longe que havia conseguido chegar em sua carreira de ator.

Os sonhos de atuar em produções maiores nunca se concretizaram. As grandes indústrias audiovisuais não o aceitavam, pois carregava muitos estigmas. Cor de pele, etnia e sua origem. Como analisa Goffman (1988), o estigma atua como uma marca social que reduz o indivíduo de alguém completo e reconhecido a alguém desacreditado, que carrega um sinal de desvalorização social. No caso de Pablo, essa marca antecede qualquer ato: ele já é lido como suspeito antes mesmo de agir (MISSE, 1999).

O preconceito o levou a atuar nas ruas, onde a criatividade e a necessidade se misturam em estratégias de sobrevivência assim como na atuação. Mas a mídia não mostrou o ator, mostrou Pablo como um bandido, um suspeito. E assim, em poucos segundos, a imagem de um trabalhador se transformou na de um criminoso. O rosto de Pablo estampou reportagens policiais e manchetes de tabloides, enquanto sua família e amigos assistiam impotentes à destruição de uma reputação construída com esforço.

Essa exposição de Pablo em “criminoso” remete ao que Michel Misse (1999) denomina de sujeição criminal, um processo social pelo qual certos indivíduos, grupos ou territórios passam a ser identificados como naturalmente propensos ao crime, independentemente de qualquer conduta concreta. (MISSE, A sujeição criminal, por si só, é uma das formas de gestão simbólica da violência e da desigualdade, que legitima o controle policial e reforça estigmas já existentes. Pablo, mesmo assim, manteve viva a postura de quem ainda sonha. A venda de celulares era para ele apenas o meio de garantir o sustento. O palco, ainda que distante, continuava dentro dos sonhos dele.

O caso de Pablo mostra que os personagens levam consigo as marcas e seus estigmas e os carregam até o Camelódromo. Fazendo com que o espaço, mesmo que localizado no centro da cidade, carregue o estigma de seus trabalhadores. É nesse espaço ambíguo que a sujeição criminal se atualiza diariamente, naturalizando a ideia de que habitam o Camelódromo podem ser um potencial infrator. E o estigma social, se torna uma lente através da qual o outro é visto antes mesmo de ser ouvido.

Nesse espaço, bastam alguns segundos de mal-entendido para transformar um ator em ladrão, um trabalhador em caso de polícia. A rapidez com que essas narrativas se

formam e circulam revela o ritmo da cidade e a forma como ela escolhe quem pode sonhar e quem será visto como suspeito.

2.4. Mário: idas e vindas no Camelódromo

Um Ferreiro conhecido na área por dar volta nos outros retorna ao Camelódromo após meses distante. Talvez um ano longe do mercado popular. Conhecido por todos como Mário, os rumores diziam que seu sumiço se dera por ter se jogado de cabeça no mundo das drogas. Com seu retorno, viu-se que não passou de mentira - ele parecia bem. Normalmente, quando um Ferreiro larga o Camelódromo, por estar envolvido com drogas, volta magro, nervoso e, muitas vezes, sob os efeitos de cocaína ou crack. Mas Mário chegou diferente. Sorridente, seguro de si e até com alguns quilos a mais, o que mostrava que vinha se alimentando bem.

Também não estava morando na rua, como alguns disseram. Provavelmente devia alguém ou havia sido encontrado por um cliente insatisfeito com seus serviços. Alguns ficam detidos por um tempo, e ao sair retornam ao Camelódromo para prosseguir suas atividades como antes. Entretanto, poucos sabem o real motivo do sumiço. Após cair no esquecimento, voltou como se nunca tivesse saído. Considerado pelos meus

interlocutores do mercado como um dos piores Ferreiros, ele era conhecido por todos.

Entre os ferreiros, há aqueles que o próprio grupo descreve como “homens ruins por natureza”, figuras cuja conduta faz lembrar a concepção hobbesiana de humanidade. Em *O Leviatã*, Thomas Hobbes afirma que, no estado de natureza, “o homem é o lobo do homem”: cada indivíduo age movido sobretudo pela autopreservação, recorrendo a todos os artifícios possíveis para garantir sua sobrevivência. Nessa visão, o conflito, a desconfiança e a violência não são desvios, mas tendências inerentes à condição humana quando não há limites externos.

Alguns ferreiros parecem materializar essa lógica. Vivem do engano, sustentam-se do golpe, operam pela astúcia e pela vantagem. Práticas que, dentro da interpretação hobbesiana, seriam respostas racionais em um ambiente percebido como competitivo e ameaçador.

Mário consegue seus clientes passando o dia nas calçadas do Camelódromo, oferecendo celulares baratos a quem cruza seu caminho. A pessoa, muitas vezes em busca de um celular que caiba no bolso e na necessidade, vê em Mário uma chance de alcançar aquilo que o consumo formal nega: um meio de comunicação, de contato com a família, com o trabalho, com o mundo. O cliente alega não ter dinheiro suficiente. Mário se aproxima, puxa-o para o corredor mais próximo e começa a negociação. Diz gostar do cliente e oferece um desenrolo: aceita o celular inferior do cliente e uma parte em dinheiro, prometendo em troca o aparelho desejado.

Mas é ali que o golpe se desenrola. Mário pede o celular do cliente, pega o dinheiro e pede que o espere alegando dar uma capa e uma película de presente ao cliente pela compra de seu novo celular. Minutos depois, o cliente percebe que caiu num golpe. Perde o dinheiro, o celular antigo e o sonho de ter um aparelho melhor.

Os golpes são muitos: celulares quebrados, com bateria viciada, bloqueados ou prestes a ser bloqueados. A maioria vem de furtos. Mário é apenas mais um estelionatário dentro de uma lógica que mistura sobrevivência e crime.

Mesmo assim, o próprio camelô rejeita esse tipo de prática. Entre eles, há um código moral e ético. Frágil, mas existente. Se considera inaceitável enganar os mais vulneráveis: mães com crianças de colo, idosos, pessoas com deficiência ou visivelmente em situação de miséria. Muitos veem com indignação, mas sabem que nada podem fazer. Um camelô que se intromete no negócio de um ferreiro corre o risco de sofrer represálias como apanhar, ter a banca quebrada ou ser expulso da área.

Por isso, as regras de convivência (PIRES, 2013) são tácitas: é preciso fechar os olhos, fingir que não viu, não ouviu e não sabe. Enquanto uns dizem, com certo sarcasmo, “*queria o quê? comprar celular no Camelódromo ao invés de nas Casas Bahia?*”, outros se compadecem em silêncio, sabendo que muitos que caem nos golpes estão apenas tentando se conectar ao mundo que o consumo formal insiste em negar.

Mário, portanto, é mais que um personagem individual é expressão de uma lógica ambígua do mercado popular, onde o “seviradorismo” se mistura ao estigma da criminalidade e à moral própria da rua.

3. Cenas do cotidiano: o que se vive, o que se vê

3.1. Montar o dia: o trabalho como quebra-cabeça

No box onde trabalho, somos cinco: um técnico de celular e vendedor; um vendedor de rua, sempre na correria; um técnico de eletrônicos e gerente, irmão do dono; outro é vendedor, estoquista, comprador e dono; e eu, vendedora.

Chego à loja entre oito e nove da manhã. Para abrir, é preciso pelo menos dois de nós. O box se transforma em loja quando o montamos as peças se encaixam como um quebra-cabeça, calculadas milimetricamente para sair na hora de abrir e voltar a caber no espaço apertado ao fechar.

Primeiro, retiramos os balcões de madeira e os posicionamos na calçada em frente à loja. Depois, colocamos as cadeiras em frente a eles sob cada uma, as caixas com as mercadorias que vão ocupar o dia inteiro: caixas de som, máquinas de barbear, videogames retrô, controles e o que mais o mercado pedir.

Cada um já sabe o que fazer. Enquanto um posiciona os balcões, outro guarda as cadeiras, e os demais carregam as caixas pesadas. É uma harmonia silenciosa, como uma sinfonia sem som, onde o gesto substitui a fala. Não é preciso combinar: sabemos o que fazer, como fazer e por que fazer. Quando a frente da loja está montada, é hora dos balcões internos. Na parte de dentro, ficam os acessórios: carregadores, cabos, fones, mouses e o estoque do que expomos lá fora. Ultimamente, trabalhamos também com copos e garrafas térmicas.

Digo montar porque o trabalho é literalmente isso: montar o dia. Pela manhã, construímos a loja peça por peça. Durante o dia, substituímos o que sai por novas peças. E, ao anoitecer, desmontamos tudo, guardando cada item no seu lugar, para que no dia seguinte tudo possa ser refeito, exatamente igual.

Essa repetição cotidiana, que transforma o trabalho em um gesto quase coreográfico, revela o quanto a sobrevivência no espaço urbano depende de uma lógica de improviso e reconstrução constante. Como analisa TELLES (2010), o cotidiano das

idades é atravessado por formas de trabalho que desafiam as fronteiras entre o formal e o informal, o lícito e o ilícito, e que se sustentam em arranjos precários e flexíveis.

A rotina do box, com seus gestos sincronizados e suas estratégias de montagem e desmontagem, também expressa uma forma de organização e solidariedade cotidiana entre trabalhadores que compartilham o mesmo espaço e os mesmos riscos. PIRES (2011) observa que esses arranjos revelam redes de sociabilidade que escapam à visão normativa do Estado, mas que garantem uma ordem própria e um sentido de pertencimento ao território.

O comércio popular é parte fundamental da economia urbana, mas é constantemente atravessado por políticas de controle e repressão, que ora toleram, ora criminalizam essas práticas conforme interesses políticos e econômicos HIRATA (2014). Assim, montar o box todos os dias é também negociar o direito de estar ali, um gesto político que se repete no silêncio da rotina.

3.2. Entre o trabalho e o lazer: O Camelódromo como espaço de sociabilidade

O Camelódromo não se limita a ser um espaço de comércio informal intenso e diversificado. Embora seja conhecido sobretudo como centro de compra e venda de mercadorias, ele também se constitui como um ambiente de lazer e sociabilidade, tanto para aqueles que ali trabalham diariamente quanto para os que apenas circulam. Essa dimensão cultural e festiva revela que, além de um espaço de sobrevivência econômica, o Camelódromo também se organiza como território de encontros, músicas e práticas coletivas que reconfiguram os sentidos do espaço urbano.

Um dos exemplos mais marcantes é a roda de samba que ocorre todas as sextas-feiras no Gelatina, localizado dentro do Camelódromo. A roda de samba começa geralmente após o expediente, por volta das 19h ou 20h, e se estende até a madrugada. A programação se estrutura em blocos: enquanto o grupo de samba faz intervalos, um DJ assume o espaço e anima o público com músicas populares do momento como funk, sertanejo, forró, entre outros, até que os músicos retomem a apresentação. O resultado é uma alternância de ritmos que reflete a diversidade cultural presente no cotidiano da cidade.

Paralelamente à roda de samba do Gelatina, outro ponto de encontro musical é o chamado pagode do trem, localizado na rua de trás. Trata-se de uma prática já consolidada ao longo dos anos, reconhecida como parte da rotina cultural da região. Embora eu ainda não tenha participado diretamente, relatos constantes reforçam sua relevância como espaço de lazer e de fortalecimento de vínculos sociais.

Seguindo pela Avenida, encontra-se outro ponto significativo: o pagode do Bar da Vaca. Esse bar foi inaugurado no final de 2020, com a reabertura do comércio após o período mais intenso da pandemia. O local onde hoje funciona o bar era antes uma antiga farmácia, que não resistiu às dificuldades econômicas impostas pela crise sanitária causada pela COVID-19. A transformação do espaço evidencia, portanto, como a dinâmica urbana é constantemente reconfigurada, com estabelecimentos se adaptando às demandas de lazer e consumo que emergem em contextos de retomada econômica.

Esses exemplos demonstram que o Camelódromo é, ao mesmo tempo, um território de trabalho exaustivo e de lazer coletivo. Durante o dia, vendedores e clientes se encontram no movimento frenético do comércio informal. À noite, esse mesmo espaço é ressignificado como lugar de festa, música e convivência. Esse duplo caráter remete à ideia de que os espaços urbanos populares não podem ser compreendidos apenas em termos de carência ou informalidade econômica, mas também como lugares de produção cultural e de sociabilidade (MAGNANI, 2007).

Assim, a roda de samba, o pagode do trem e o pagode do Bar da Vaca não são apenas formas de entretenimento. Eles configuram uma apropriação simbólica do espaço público, onde trabalhadores e frequentadores transformam um território marcado pela precariedade laboral em palco de alegria, pertencimento e identidade coletiva. Como aponta José Guilherme Magnani (2018), o lazer popular, especialmente em territórios centrais, articula dimensões de economia, cultura e resistência, funcionando como prática de reprodução social que dá sentido à vida cotidiana.

Nesse sentido, o Camelódromo revela sua complexidade: é simultaneamente um espaço de comércio informal, de conflito e violência, mas também de encontro, festa e distração. Essa multiplicidade de usos mostra como o urbano é atravessado por temporalidades distintas e age de forma linear com o tempo da labuta e o tempo do

lazer, que coexistem e se entrelaçam, ressignificando continuamente a experiência de quem vive e circula nesse território.

3.3. Churrasco, faca e correria no Camelódromo

Joana chegou aflita naquela manhã. Contou que um colega camelô, vendedor de óculos, havia sido preso na noite anterior após esfaquear um Ferreiro. Segundo o relato, por volta das sete da noite, uma discussão tomou forma em meio ao que deveria ser apenas uma confraternização entre amigos para celebrar o aniversário de Pedro, um camelô conhecido por vender CDs, DVDs e pendrives com músicas gravadas. O que começou como festa terminou em tragédia.

Os envolvidos no episódio foram Gaúcho e Romário. A arma do crime: uma faca de cozinha que usavam para cortar a carne do churrasco. A causa imediata: uma provocação. Romário teria zombado de Gaúcho, chamando-o de “viado¹⁰”. Mas, como costuma acontecer nos bastidores do Camelódromo, os conflitos raramente se resumem a uma única palavra. Há sempre algo a mais por trás.

Com o passar do decorrer dos dias, as versões se multiplicaram. Uns diziam que se tratava de uma antiga rixa entre os dois, motivada por uma mulher. Outros afirmavam que a confusão começou por causa de uma cerveja: Romário não teria deixado Gaúcho pegar uma lata no isopor de cerveja, alegando que ele não havia contribuído para a “intera¹¹”. Gaúcho, tentando evitar uma briga, se afastou e foi até a churrasqueira cortar a carne.

Minutos depois, enquanto colocava mais carne na churrasqueira, Gaúcho foi surpreendido, por dois socos de Romário nas costas. Ainda com a faca e o garfo em mãos, Gaúcho enfiou a faca que usava na barriga de Romário. O golpe foi rápido, despretensioso, mas certo. Romário caiu no chão. Gaúcho, atônito com o que acabara de fazer, largou tudo e correu em direção à estação de metrô buscando uma rota de fuga.

¹⁰ Viado: termo pejorativo historicamente utilizado no Brasil como xingamento entre homens, funcionando como mecanismo de desqualificação masculina. A expressão associa a figura do homem ofendido à ideia de fragilidade, feminilidade ou homossexualidade. Entendidas, dentro da lógica machista, como sinais de inferioridade.

¹¹ Intera: é uma forma popular de dizer complementar ou completar um valor em dinheiro.

Enquanto alguns colegas levavam Romário às pressas para o hospital, alguns outros amigos de Gaúcho foram procurá-lo. O segurança da estação o reconheceu e o denunciou. Quando subiu para o embarque, já estava algemado. Joana, tomada pelo desespero, escondeu a faca, a arma que poderia definir o destino de Gaúcho: se passaria anos preso por tentativa de homicídio ou se voltaria à sua banca de óculos na segunda-feira, como se nada tivesse acontecido.

Na delegacia, Gaúcho contou sua versão: disse ter sido agredido primeiro e agido apenas para se defender. A história foi confirmada por testemunhas. O delegado entendeu como legítima defesa, e ele foi liberado. Romário sobreviveu, em algumas semanas voltou ao Camelódromo e prosseguiu com o seu ofício de Ferreiro. Gaúcho está impedido de voltar ao Camelódromo por tempo indeterminado não apenas por medida policial, mas também pela tensão que o episódio causou entre os colegas.

Gaúcho, natural de outro estado, veio ao Rio de Janeiro em busca de oportunidades. O Rio ainda exerce esse papel simbólico de “terra das chances”, mas, como costume ouvir dos próprios trabalhadores, o que se encontra por aqui é *trabalho*, não *emprego*. No Camelódromo, fazer de qualquer coisa um meio de sustento é a regra: quem tem força de vontade transforma qualquer brecha em renda.

No Camelódromo, o tempo das coisas é outro, tudo acontece de forma acelerada, sem espaço para reflexão ou mediação. Um desentendimento banal ganha contornos de crime. A palavra, o gesto, o olhar atravessado podem desencadear uma reação imprevisível. Ali, o cotidiano é feito de urgências e improvisos, onde a linha entre o riso e o risco é tênue. No fundo, o que se vê é a precariedade de vidas constantemente empurradas ao limite, onde uma brincadeira mal interpretada pode se transformar em tragédia.

Mesmo absolvido pela Justiça, Gaúcho não foi absolvido pelo próprio território. O Camelódromo, com suas regras não escritas e códigos de convivência, o afastou por tempo indeterminado. Essa exclusão silenciosa mostra que, dentro daquele espaço, há uma lógica própria de punição e pertencimento. Uma espécie de justiça paralela, construída pelos próprios trabalhadores (PIRES, 2013).

No fim, o episódio ilustra mais do que um crime: expõe o modo como a vida no Camelódromo é regida por relações rápidas, intensas e instáveis. No cotidiano do

comércio popular, as fronteiras entre o lazer, o trabalho e o crime se cruzam com facilidade. Ali, tudo pode mudar em questão de minutos. Um gesto mal interpretado, uma palavra atravessada, e a rotina de trabalho se converte em tragédia.

3.4. O Camelódromo que se autoalimenta

O que antes era um espaço exclusivamente comercial, dedicado à venda de produtos variados. Camelôs vendendo, clientes comprando, trocas rápidas e sons de mercadorias sendo testadas. Se transformou, aos poucos, a um ambiente de múltiplas práticas e serviços.

Hoje, entre os corredores, é possível encontrar tatuadores, esteticistas, manicures, barbeiros, cabeleireiros, costureiras e técnicos de todo tipo de eletrônico. O Camelódromo, que nasceu como um espaço de varejo, se tornou também um território de serviços e sociabilidade.

Essa mudança reflete o modo como os trabalhadores populares reinventam o espaço urbano, transformando o que seria apenas um ponto de comércio em um microcosmo de trocas, afetos e sobrevivências. A cidade é constantemente reconfigurada por práticas que escapam à lógica formal e que produzem novas economias nos interstícios da precariedade (TELLES 2010).

Além das lojas e serviços, o setor alimentar ganhou força. Boxes de café da manhã, de almoço e lanches surgiram para atender à necessidade dos próprios camelôs, que raramente podem deixar seus boxes. Sair do box significa correr o risco de perder uma venda e perder a venda é o mesmo que perder o sustento do dia. Assim, as entregas de cafés, quentinhas e lanches se transformaram em um mercado dentro do mercado, movendo-se pelos corredores estreitos do Camelódromo com a mesma intensidade dos produtos eletrônicos e acessórios.

Antigamente esse tipo de comércio era proibido dentro do Camelódromo, por conta das regras da vigilância sanitária (SILVA, 2014). E de fato, o ambiente é insalubre: ratos passeiam livremente entre os boxes, gatos se escondem nos corredores, e o cheiro de comida se mistura ao de urina e mofo. Mas, ao mesmo tempo, são pessoas que assim não tiveram outras opções. O comércio popular se sustenta sobre a fronteira entre a

necessidade e a norma, entre o permitido e o tolerado. É nesse limite que a economia urbana se refaz todos os dias (HIRATA, 2014).

Um exemplo é Amaro um pai solteiro, vinte e poucos anos, recém-demitido do *Spoletto*¹². Com as técnicas que aprendeu no antigo emprego, decidiu abrir um box de macarrão no Camelódromo. Usou o ofício aprendido no restaurante e adequou ao improvisado da rua. Em pouco tempo, todo o Camelódromo comprava o macarrão de Amaro. O cheiro do molho se espalhava pelos corredores, e o box se tornou ponto de encontro entre trabalhadores e fregueses. Rodrigo encontrou, no improvisado, uma forma legítima de continuar. Usou do seviradorsimo o ofício de quem aprende a sobreviver num sistema que não o quer dentro.

Lenin Pires (2011) descreve esse fenômeno como expressão da “ordem improvisada” dos mercados populares, onde cada um negocia, cotidianamente, o direito de permanecer, existir e trabalhar. Amaro, e tantos outros como ele, representam a face viva dessa cidade subterrânea, onde o trabalho é também invenção e resistência. São tantos Amaros dentro do mercado popular que é difícil falar de todos. Mas cada um deles, à sua maneira, mostra que o Camelódromo não é só um espaço de venda. É um território de criação, onde a vida se refaz entre corredores, panelas e sonhos interrompidos.

4. Maternidade, precariedade e resistência feminina

4.1. Rosilene: a resistência invisível das ruas

Chamarei de Rosilene. Mulher negra, de presença firme e olhar cansado, mas atenta a cada movimento da rua. Não tinha um ponto fixo na calçada: todos os dias, esperava alguém desmontar a banca para poder montar a sua. Durante um único dia, chegava a montar e desmontar a barraca até cinco vezes, às vezes mais, numa busca constante por um lugar melhor, por alguma visibilidade, por onde passassem mais pessoas, mais chances, mais clientes.

¹² Spoletto: Restaurante de comidas italianas.

Todos os dias chegava acompanhada do filho pequeno, um menino magrinho, negro, de cabelos lisos, que devia ter uns três anos. Ele estava sempre com seus brinquedos preferidos, distraído entre o barulho das vozes e o som dos passos apressados. Depois que mãe e filho dividiam uma quentinha de almoço, o menino dormia no colo dela. Rosilene, com cuidado, o colocava sobre um pedaço de papelão, coberto por uma manta, embaixo da tábua da banca o espaço que encontrava para que ele pudesse descansar enquanto ela continuava a trabalhar.

Dormia ali, no chão sujo de urina, fezes, ratos e baratas. Um chão que não oferecia abrigo, mas ainda assim era o único que tinham. Ela não tinha opção. Nem ele. Foram jogados para aquela necessidade sobrevivendo como podiam, entre o risco, o cansaço e a ternura.

Figura 9: Trabalhadora ambulante e seu filho no espaço de trabalho: maternidade, informalidade e resistência feminina



Fonte: Autoria própria (2023).

4.2. Larissas

Neste capítulo, pretendo falar sobre duas mulheres que conheci ao longo da minha trajetória de campo. Ambas se chamam Larissa, e, embora compartilhem o mesmo nome, suas histórias representam caminhos muito diferentes dentro do universo do comércio popular.

Larissa 0.1

A primeira Larissa era uma camelô ambulante que costumava se posicionar em frente ao Camelódromo para vender suas bijuterias artesanais. Suas peças feitas à mão, chamavam atenção pela delicadeza e pela paciência que exigiam. No início, eu era apenas uma cliente curiosa; com o tempo, a relação se transformou em amizade. As conversas se tornaram mais longas, os encontros mais frequentes e, em pouco tempo, todas as mulheres da minha família também passaram a comprar as bijuterias de Larissa.

Certo dia, ela se envolveu em uma briga física com o namorado, que esporadicamente a acompanhava nas vendas. Durante a briga, ele jogou a tábua de mercadorias dela para o alto espalhando todas as peças dela pelo chão. E em seguida, ela quebrou o cavalete nas costas dele. Deu polícia, guarda, foi um caos. Depois do episódio, mantivemos contato por telefone. Queria saber como ela estava, se precisava de algo. Continuei comprando suas bijuterias via WhatsApp, até que ela decidisse voltar a trabalhar no Camelódromo. Mas, algumas semanas depois, veio a notícia: Larissa havia abandonado a banquinha. Conseguiu um emprego de carteira assinada na sua área de formação, a educação. Hoje, ela vende apenas por encomenda, conciliando o ofício artesanal com o trabalho formal. Sua trajetória mostra como o Camelódromo pode ser tanto ponto de partida quanto ponto de passagem: um espaço de reinvenção, mas também de transição para outros modos de vida.

Larissa 0.2

A Larissa 2 me apresentou uma outra lição. Dessa vez, sobre o machismo que atravessa o próprio espaço do Camelódromo e, de certa forma, também o meu olhar. Certo dia, uma jovem alugou um box em frente ao meu. Um espaço que, por muito tempo, esteve fechado. Meu primeiro pensamento foi automático: imaginei que ela abriria algo ligado à estética feminina, como tantas outras mulheres já haviam feito ali. Aquele mesmo box já havia sido ocupado por manicures, trancistas, cabeleireiras e vendedoras de roupas femininas. O padrão parecia previsível.

Mas Larissa quebrou completamente minhas expectativas. Depois de alguns dias decorando o box, trouxe seus instrumentos de trabalho como ferramentas, cabos, placas, baterias. Descobri, com surpresa, que ela era técnica de celular. Talvez a primeira mulher a exercer essa função no Camelódromo.

Em um ambiente majoritariamente masculino, onde os trabalhos técnicos são vistos como “*coisa de homem*”, a presença de Larissa provocava curiosidade e, às vezes, desconfiança. Mas ela seguia firme, desmontando celulares com destreza e explicando, com paciência, o que muitos ali jamais haviam parado para ouvir de uma mulher.

A história das duas Larissas evidencia o quanto o Camelódromo é um espaço de múltiplas resistências. Para umas, ele é o ponto de partida rumo à formalidade; para outras, o território onde se luta diariamente contra estigmas e desigualdades de gênero. No fim, ambas mostram que o trabalho informal, apesar de precário, também é um campo de autonomia e reinvenção onde as mulheres traçam seus próprios caminhos, mesmo quando o mundo insiste em limitá-los.

4.3. A fé

Entre muitos camelôs com os quais tive contato na pesquisa, é comum a percepção de que “nem Jesus gostava de vendedores”. Essa leitura nasce, em grande medida, da circulação popular de trechos bíblicos mal interpretados, especialmente a cena da expulsão dos comerciantes no templo. Para alguns trabalhadores, esse episódio representa a rejeição moral do comércio ambulante; e, como grande parte desses sujeitos é profundamente religiosa, a associação entre sua atividade e uma suposta reprovação divina acaba reforçando sentimentos de indignidade, culpa e não pertencimento. Essa autopercepção se converte, muitas vezes, numa barreira subjetiva à reivindicação de direitos: se até o sagrado parece condenar seu ofício, por que se sentiriam merecedores de proteção estatal?

No entanto, há na própria Bíblia uma referência que ajuda a desmontar essa interpretação moralizante. Em Provérbios 31:24, a “mulher virtuosa”, figura apresentada como exemplo de sabedoria, dignidade e retidão, é descrita como uma comerciante

informal, alguém que fabrica roupas manualmente e as vende diretamente ao público: “ela faz roupas de linho e as vende; fornece cintos aos comerciantes”. Ou seja, o comércio ambulante e artesanal não apenas existia no contexto bíblico, como também era representado em personagens positivos, honrados e fundamentais para a economia doméstica e comunitária.

Essa tensão entre moralização e reconhecimento revela um aspecto profundo da experiência dos camelôs contemporâneos. Muitos internalizam a ideia de que seu ofício é moralmente inferior, indigno ou errado, mesmo quando a própria tradição religiosa oferece exemplos contrários. Esse conflito simbólico compõe o que chamo de herança moral da informalidade: uma marca subjetiva que atravessa gerações, produzindo um sentimento persistente de que os direitos não são para eles.

Além disso, o camelô se reinscreve historicamente num mesmo *modus operandi* que atravessa séculos. O comerciante informal bíblico, autônomo, criativo, itinerante, marginal ao controle institucional, se assemelha estruturalmente ao camelô das cidades contemporâneas. Ambos dependem da circulação urbana, ambos ocupam posições liminares na economia, ambos constroem redes próprias de proteção e ambos são vistos com ambiguidade moral pelas autoridades e pelas camadas dominantes da sociedade. A informalidade, portanto, não é uma anomalia moderna, mas um modo de existir que persiste desde as economias antigas: vender com as próprias mãos, negociar diretamente, sobreviver pela circulação e improvisação.

Nesse sentido, quando camelôs afirmam que “até Jesus não gostava deles”, estão reproduzindo uma narrativa moral que não corresponde ao texto bíblico, mas que foi socialmente construída, reforçada e transmitida ao longo do tempo. Essa leitura produz efeitos reais: fragiliza a autoestima, limita a busca por direitos e mantém esses trabalhadores numa posição de subalternidade simbólica. Mostrar que a Bíblia também apresenta comerciantes informais como figuras virtuosas, honradas e fundamentais é, portanto, desestabilizar esse lugar moral imposto, e reafirmar que dignidade, direitos e reconhecimento não são privilégios, mas parte constitutiva da cidadania.

5. Conclusão

A pesquisa realizada no Camelódromo permitiu compreender, a partir de uma perspectiva etnográfica, as múltiplas camadas que estruturam a vida cotidiana dos trabalhadores informais, especialmente dos Ferreiros, sujeitos centrais desta monografia. Longe de discursos homogêneos que associam a informalidade exclusivamente ao desvio ou à desordem, os dados de campo revelam um universo marcado pela ambiguidade, por disputas de moralidade e por estratégias complexas de sobrevivência. As trajetórias analisadas mostram que esses trabalhadores constroem, no dia a dia, formas específicas de regular suas relações, de administrar conflitos e de negociar sua permanência em um espaço constantemente tensionado por forças estatais, mercadológicas e institucionais.

Ao longo do trabalho, tornou-se evidente que a noção de precariedade, frequentemente usada para definir o comércio informal, não captura a totalidade das experiências desses sujeitos. Se por um lado a ausência de garantias formais, a instabilidade econômica e a vulnerabilidade diante de ações repressivas estatais são elementos presentes, por outro lado emergem práticas de solidariedade, redes de proteção e mecanismos internos de normatização que compõem uma ordem própria, construída e mantida pelos próprios trabalhadores. Essa ordem, longe de ser simples ou espontânea, envolve disputas, alianças, hierarquias e rupturas que estruturam o funcionamento cotidiano do mercado.

Os Ferreiros, em particular, revelam como certas figuras do comércio ambulante são simultaneamente necessárias e estigmatizadas. Considerados especialistas em negociação, risco e circulação de mercadorias, eles ocupam uma posição liminar: reconhecidos por sua habilidade, mas também associados a moralidades ambíguas que oscilam entre a esperteza, o engano e a competência. Essa ambivalência permite compreender por que determinadas práticas são toleradas, outras são moralmente censuradas e algumas se tornam objeto de disputa interna. Mais do que categorias fixas, trata-se de classificações situadas, acionadas conforme interesses e circunstâncias.

Outro elemento importante revelado pela pesquisa é a forma como esses trabalhadores lidam com o Estado. Ao invés de uma oposição simples entre legalidade e ilegalidade, observa-se uma relação marcada por negociações, conflitos e zonas cinzentas. As ações estatais, sejam repressivas, tolerantes ou regulatórias, produzem efeitos diretos na vida dos camelôs, que respondem criando estratégias para minimizar perdas, garantir renda e manter sua presença no território. Assim, compreender o mercado informal demanda reconhecer a atuação do Estado não como ausência, mas como presença seletiva e desigual.

Por fim, a etnografia permitiu ver que as trajetórias individuais dos camelôs são atravessadas por experiências de vida complexas, marcadas por desigualdade, força, criatividade e resistência. Suas histórias revelam sujeitos que, apesar de inseridos em contextos de vulnerabilidade, constroem caminhos próprios, reinventam possibilidades e produzem um sentido de dignidade em meio às adversidades. Esse movimento desafia visões simplificadoras e reforça a importância de análises que considerem a agência desses trabalhadores, suas formas de organização e os arranjos que sustentam a vida no comércio informal.

Dessa forma, este trabalho contribui para ampliar o debate sobre informalidade, economia popular e administração de conflitos no contexto urbano brasileiro. A análise etnográfica evidencia que, para além da criminalização, da precariedade e do estigma, existe um universo complexo de relações sociais, negociações e práticas que estruturam a experiência dos trabalhadores ambulantes. Reconhecer essa complexidade é fundamental para a formulação de políticas públicas mais justas, efetivas e sensíveis às realidades concretas de quem vive e trabalha nas margens. Tais margens, na verdade, sustentam grande parte da dinâmica urbana contemporânea.

6. REFERÊNCIAS

ALEXANDER, Michelle. *A nova segregação*. Boitempo Editorial, 2018.

ALMEIDA, Silvio. *Racismo estrutural*. Pólen Produção Editorial LTDA, 2019.

BATISTA, Vera Malaguti. *O medo na cidade do Rio de Janeiro: dois tempos de uma história*. 1ª ed. Rio de Janeiro: Revan, 2003.

BECKER, Howard. *Truques da escrita: para começar e terminar teses, livros e artigos*. Rio de Janeiro: Zahar, 2015.

BRETAS, M. L. O crime na historiografia brasileira: uma revisão na pesquisa recente. *BIB - Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, n. 32, p. 49–61, 1991.

CALDEIRA, Teresa Pires do Rio. *Cidade de muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo*. São Paulo: Ed. 34/Edusp, 2000.

CANELLAS, L. *Camelô no Camelódromo não fica na pista: uma etnografia acerca da construção e desconstrução de regras no Mercado Popular da Uruguaiana*. 2010. 107 f. Dissertação (Mestrado em Antropologia) – Universidade Federal Fluminense, 2010.

CARVALHO, José Murilo de. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. 10ª ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

DRUMOND, V. M. S. Deixa que eu luto pelos meus: Camelôs em busca por representatividade por meio das eleições municipais nas cidades de Niterói e Rio de Janeiro-RJ. In: PIRES, Lenin; LABRONICI, Rômulo; ANTUNES, Ludimila (Org.). *Margens em Disputa: economia, informalidade e tecnologias*. 1 ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2022, p. 113-138.

FOOTE-WHYTE, William. Treinando a Observação Participante. In: ZALUAR, Alba (Org.). *Desvendando máscaras sociais*. Rio de Janeiro: F. Alves, 1980. p. 77-86.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. 4. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 1988.

HIRATA, Daniel Veloso. *Sobreviver na adversidade: mercado e formas de vida*. Vol. 3. EdUFSCar, 2022.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. De perto e de dentro: notas para uma etnografia urbana. *Revista Brasileira de Ciências Sociais*, v. 17, 2002, p. 11-29.

MELLO, Kátia Sento Sé. COVID-19 nas prisões brasileiras: seletividade penal e produção de corpos descartáveis. *Boletim Ciências Sociais e o Coronavírus*, v. 44, p. 7-8, 2020.

MISSE, Michel. "Sujeição criminal: quando o crime constitui o ser do sujeito." *Dispositivos urbanos e trama dos viventes: ordens e resistências*. Rio de Janeiro: Editora FGV (2015): 77-91.

MISSE, Michel. Crime, sujeito e sujeição criminal: aspectos de uma contribuição analítica sobre a categoria "bandido". *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, 2010, p. 15-38.

MISSE, Michel. "Mercadorias políticas: para uma abordagem analítica." *Disponível (online) em: [http://www. proppi. uff. br/ineac/curso/nufep/artigos/docente/6/01. pdf](http://www.proppi.uff.br/ineac/curso/nufep/artigos/docente/6/01.pdf)* (2010).

MONTEIRO, Felipe Mattos; CARDOSO, Gabriela Ribeiro. A seletividade do sistema prisional brasileiro e o perfil da população carcerária: um debate oportuno. *Civitas - Revista de Ciências Sociais*, Porto Alegre, v. 13, n. 1, p. 93-117, 2013.

PIRES, Lenin. *Esculhamba, mas não esculacha!/: uma etnografia dos usos urbanos dos trens da Central do Brasil*. Niterói: Editora da UFF, 2011.

PIRES, Lenin. Entre notas e moedas: trocas e circulação de valores entre negociantes em Constitución. *Horizontes Antropológicos*, v. 19, 2013, p. 149-178.

PIRES, Lenin; HIRATA, Daniel; MALDONADO, Salvador. Mercados populares, ilegalismos e suas regulações pela violência. *Antropolítica - Revista Contemporânea de Antropologia*, n. 50, 2020, p. 8-33.

PIRES, L. S. Precários e perigosos: possíveis relações entre formalidade e informalidade em processos de administração de conflitos no Rio de Janeiro. In: GLEDHILL, John; HITA, Maria Gabriela; PERELMAN, Mariano (Org.). *Disputas em torno do espaço urbano: processos de produção/construção e apropriação das cidades*. 1. ed. Salvador: Edufba, 2017. p. 337-354.

SILVA, Gabriel Borges da. *Entre precariedades e os "direitos" que delas advém: uma etnografia do Mercado Popular da Uruguaiana*. 2014. 163 f. Dissertação (Mestrado em Direito Constitucional) – Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2014.

SILVA, Thiago José. Empreendedor como herói, trabalhador como vítima: estratégias de vida dos ambulantes de Niterói. In: PIRES, Lenin; LABRONICI, Rômulo; ANTUNES, Ludmila (Org.). *Margens em Disputa: economia, informalidade e tecnologias*. 1. ed. Rio de Janeiro: Autografia, 2023, p. 79- (completar páginas finais).

TELLES, Vera; HIRATA, Daniel. Ilegalismos e jogos de poder em São Paulo. *Tempo Social*, v. 22, n. 2, p. 39-59, 2010.

TELLES, Vera da Silva. Ilegalismos urbanos e a cidade. *Novos Estudos CEBRAP*, 2009, p. 153-173.